

A viagem, considerada precipitada e inquietante

HERMANO ALVES
Nosso correspondente

LONDRES — Há grande perplexidade na City de Londres por causa da viagem do professor Antônio Delfim Netto à Europa, que parece — para a maioria dos observadores — precipitada, improvisada e até mesmo inquietante.

Em primeiro lugar, ignora-se o que pode ser obtido de concreto, numa incursão dessa natureza, que não se pudesse conseguir por vias normais e mais tranquilas — políticas, diplomáticas e financeiras.

Uma carta do ministro Ernane Galvêas ao seu colega francês Jacques Delors, solicitando a convocação do Clube de Paris (coisa que não se faz da noite para o dia, sobretudo neste período de férias de verão em todo o Hemisfério Norte), poderia ser entregue pelo embaixador do Brasil na capital francesa.

A simples idéia de “dar-se um pulo” até Paris para ver (ou não ver) Jacques De Larosière, do Fundo Monetário Internacional, parece absurda aos homens da City londrina que não foram passar ainda seus “holidays” no Algarve, na Escócia, na Cote D’Azur ou no Adriático.

Enquanto os jornalistas brasileiros na Europa, os especialistas em assuntos financeiros da imprensa britânica ou francesa e os repórteres das agências de notícias corriam atrás do ministro brasileiro em Paris e outros se mobilizavam em Londres, chegavam notícias de Brasília, São Paulo e Rio sobre subida vertiginosa do dólar no mercado paralelo e açambarcamento de gasolina, sinais seguros de insegurança.

Ora, a City acompanhou com atenção todo o processo político brasileiro a propósito da enfermidade e da operação do presidente João Figueiredo, procura captar informações sobre a estabilidade da equipe econômica chefiada por Delfim Netto, e tem medo de que a reunião de Caracas, dentro de duas semanas, resulte na criação de um cartel dos países endividados.

Será que o Brasil vai declarar a moratória unilateral? O ministro Galvêas desmentiu essa hipótese e afirmou que o País não assumiria uma posição militante num cartel de devedores. Mas — indagava-se ontem em Londres — quem vai garantir isso? Afinal, a equipe Delfim disse que não recorrerá ao Fundo Monetário Internacional, mas acabou recorrendo. E quem pode jurar que a equipe continuará no poder depois que a sua credibilidade foi abalada no Exterior?

Fontes da City diziam ontem que a credibilidade da equipe econômica e financeira começou a reduzir-se a partir do fim de 1982 “quando houve o colapso do aparelho de publicidade e relações públicas brasileiro no Exterior” e que, por outro lado, há uma permanente interrogação em torno do problema da saúde do presidente

Figueiredo para enfrentar uma crise dessa natureza e mais a precipitação do problema sucessório dentro do seu próprio partido.

Prevalece a opinião de que as condições políticas para sustentar-se a “terapia de choque” determinada pelo Fundo Monetário podem diminuir na medida em que toda a questão da dívida externa brasileira é submetida a exame.

Admite-se que o Fundo Monetário foi inábil (para não se dizer coisa pior), não se satisfazendo com o decreto-lei de Figueiredo que eliminou a indexação dos salários, mas praticamente reclamando uma definição do Congresso.

Ao contrário, segundo a opinião generalizada em Londres, o papel do FMI devia ser o de louvar os sacrifícios brasileiros e não mais o de portar-se como corregedor numa hora em que as estruturas financeiras internacionais já não são fixas.

Assim, é a própria City que critica a insensibilidade dos tecnocratas internacionais e que faz reservas às “posturas ideológicas” da senhora Margaret Thatcher, que fogem ao habitual pragmatismo britânico. E com isso, evidencia-se já haver receptividade para a idéia de renegociações das dívidas (com ênfase especial aos juros e âgios) de acordo com as lições já aprendidas nos casos do México e da Polônia — isso para não se falar na Turquia.

A medida que a City admite a dimensão política do problema (afinal, a composição mexicana se fez em grande parte por causa dos seus vínculos estratégicos com os Estados Unidos e os sacrifícios do Brasil são maiores do que os desse grande produtor de petróleo), referindo-se ao fato de que Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha, França e Japão controlam quase dois terços das cotas do Fundo Monetário, maior é a surpresa com a peregrinação européia do ministro do Planejamento.

É sintomático, portanto, que na City tenhamos colhido várias vezes a mesma reflexão, sem dúvida inquietante:

“A menos que esta seja a última tentativa de Delfim Netto de chegar a um acordo urgente, antes de recomendar, ele próprio, a moratória.”

Sexta-feira ao entardecer, em Londres, ainda não se sabia se o ministro do Planejamento viria à capital britânica, mas ninguém foi consultado para encontros e há poucos banqueiros disponíveis neste verão quente (27 graus) e seco.

É possível que o ministro dê um pulo também a esta cidade de que tanto gosta e sempre é bom lembrar que certa vez, na companhia do atual senador Roberto Campos, desapareceu durante 24 horas alegando que “fora comprar livros em Oxford”, isto num “week-end”, essa pausa para o repouso, sagrada para todos os britânicos, inclusive livreiros e banqueiros.